



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/3/2014

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sebastião Costa, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva, Duílio de Castro e Lafayette de Andrada (substituindo o deputado Luiz Henrique, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Mário Henrique Caixa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, os termos do art. 102, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento das correspondências dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Gustavo Perrella em que abrem mão, respectivamente, da relatoria dos Projetos de Lei nºs 4.102/2013 e 4.995/2014. Registram-se a presença do deputado Luiz Henrique e a saída do deputado Lafayette de Andrada. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 5.005, 5.010, 5.013, 5.015, 5.017, e 5.031/2014 (deputado Dalmo Ribeiro Silva); 4.997, 4.995, 4.999, 5.007, 5.008, 5.011, e 5.033/2014 (deputado André Quintão); 4.996, 5.004, 5.009, 5.018, e 5.032/2014 (deputado Leonídio Bouças); 5.000, 5.006/2014 e, em virtude de redistribuição, o Projeto de Lei nº 4.995/2014 (deputado Sebastião Costa); 4.995, 5.001, 5.002, 5.012, 5.014, 5.016, e 5.020/2014 (deputado Gustavo Perrella); e 5.003, 5.022, e 5.034/2014 (deputado Luiz Henrique). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 4.585, 4.032, 4.033, 4.183, 4.423, 4.736 e 4.737/2013; o Projeto de Resolução nº 4.816/2013; e os Projetos de Lei Complementar nºs 36, 38 e 44/2013 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado André Quintão, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e lealdade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 4.944/2014 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Sebastião Costa); em, turno único, dos Projetos de Lei nºs 4.967 na forma do Substitutivo nº 1 e 4.968/2014 e, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.966/2013 com a Emenda nº 1 (relator: André Quintão, sendo o primeiro em virtude de redistribuição); em, turno único, do Projeto de Lei nº 4.988/2014 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Luiz Henrique); 4.426/2013 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Duílio de Castro). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.102/2013, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado André Quintão, em virtude de redistribuição. Registra a presença do deputado Gustavo Perrella. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e lealdade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.625 na forma do Substitutivo nº 1 e 4.703/2013 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva); 4.937/2014 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Gustavo Perrella); e 4.964/2014 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Luiz Henrique). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao prefeito de Esmeraldas o Projeto de Lei nº 4.957/2014 (relator: deputado André Quintão, em virtude de redistribuição); à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao prefeito de Monte Alegre de Minas o Projeto de Lei nº 4.961/2014 (relator: deputado Gustavo Perrella); e ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER-MG o Projeto de Lei nº 4.972/2014 (relator: deputado Luiz Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e



a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e lealdade, em turno único, dos Projetos de Lei n°s 1.278/2011, 4.935, 4.954 e 4.966/2014 (relator: deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 4.510, 4.702/2013, 4.960 e 4.970/2014 (relator: deputado Duílio de Castro); 4.929, 4.951 e 4.952/2014 (relator: deputado Gustavo Perrella); e 4.931/2014 (relator: deputado André Quintão). Registra-se a saída do deputado André Quintão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e lealdade, em turno único, dos Projetos de Lei n°s 4.938, 4.974, 4.976 e 4.977/2014 (relator: deputado Luiz Henrique) e 4.950 e 4.953/2014 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos deputados em que solicitam pedidos de informações, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos respectivos autores dos Projetos de Lei n°s 4.941, 4.942, 4.945, 4.946, 4.949, e 4.962/2014 e à Secretaria de Estado de Educação relativamente ao Projeto de Lei n° 4.955/2014 para que os processos sejam instruídos com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2014.

Sebastião Costa, presidente - Duílio de Castro - André Quintão - Sargento Rodrigues - Dalmo Ribeiro Silva.

### **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/3/2014**

Às 15h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac e Ulysses Gomes (substituindo o deputado Pompílio Canavez, por indicação da liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a estrutura de funcionamento e a segurança nos conselhos tutelares, nos diversos municípios mineiros. A seguir, comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Josué Costa Valadão, secretário de Governo da Prefeitura de Belo Horizonte, e Douglas Szefer, diretor substituto de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidenta da República, publicados no *Diário do Legislativo* em 15/3/2014. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Juanita Godinho Pimenta, subsecretária de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, representando Cássio Soares, secretário de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social; Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e coordenadora especial de Política Pró-Criança e Adolescente; Elizabeth Rodrigues Ferreira Silva, representante de Minas Gerais no Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares e coordenadora do Fórum Mineiro dos Conselhos Tutelares; Eleuza Andrade Veiga, conselheira de direito do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente; Islei Aparecida Peixoto, conselheira tutelar de Nova Lima e representante dos Conselhos Tutelares da Mesorregião Metropolitana de BH; Denise de Magalhães Matos, gerente de coordenação de projetos sociais da Secretaria Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte; e dos Srs. Marcelo Nascimento, coordenador-geral do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando Maria do Rosário Nunes, ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Paulo Augusto Malta Moreira, prefeito de Ponte Nova; Hélio Alves de Oliveira, conselheiro tutelar em Jequitinhonha e representante do Fórum dos Conselheiros Tutelares do Vale do Jequitinhonha; Jésus dos Santos Moreira, conselheiro tutelar de Estiva e representante do Fórum Mineiro de Conselhos Tutelares - Regional Sul de Minas - Estiva-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença do deputado Dalmo Ribeiro Silva (substituindo a deputada Luzia Ferreira, por indicação da liderança do Bloco Minas sem Censura). O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2014.

Paulo Lamac, presidente - Luzia Ferreira - Rogério Correia.

### **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1/4/2014**

Às 11h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Adalclever Lopes, Gustavo Valadares e Rogério Correia (substituindo o deputado Paulo Guedes, por indicação da liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Leite e Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento n° 7.432/2014. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei n°s 4.560/2013 e 4.664/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.426/2014, do deputado Rômulo Veneroso, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para debater em audiência pública, assunto relacionado com a pretensão da Ferrovia Centro-Atlântica de devolver acerca de 4.200 km de ferrovias, que podem ser desativadas no Estado de Minas Gerais.

- nº 9.427/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado a todos os deputados federais de Minas Gerais as notas taquigráficas do debate público realizado no dia 21/3/2014, que debateu a aplicação e a manutenção da Lei Federal nº 12.619, de 2012.

- nº 9.429/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizado debate público da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para tratar da inclusão dos guardas municipais no Sistema Nacional de Trânsito, conforme Projeto de Lei Federal nº 5.805/2013, em discussão na Câmara dos Deputados.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2014.

Adalclever Lopes, presidente - Anselmo José Domingos - Paulo Guedes - Gustavo Valadares.

### **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/4/2014**

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda e Lafayette de Andrada (substituindo o deputado Célio Moreira, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada, a qual é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a execução do Programa Aliança Pela Vida, em especial o Cartão Aliança Pela Vida e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento das seguintes correspondências: ofício do Sr. Aluísio Motta Palhares, fundador da Associação Mãe Admirável de Caratinga solicitando a intervenção desta Casa junto ao governador para o aditamento dos convênios realizados com as comunidades terapêuticas pertencentes à Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico; e-mail do Sr. Aloísio Andrade, presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, agradecendo o convite e justificando sua ausência na audiência pública de 2/4/2014. Comunica também o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 29/3/2014: ofício do Sr. Márcio Gonçalves Pinto, vereador da Câmara Municipal de Itaúna. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Dilma Abreu Rocha, assessora jurídica representando o presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – Conead; Adélia Porto Dias, presidente da Associação Mineira de Comunidades Terapêuticas e Instituições Afins; e Tânit Jorge Sarsur, coordenadora de Saúde Mental da Secretaria de Saúde; e os Srs. Cloves Eduardo Benevides, subsecretário de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social; Jorge Tobias de Souza, promotor de justiça e coordenador de Combate e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes - Ministério Público do Estado; Pastor Wellington Antônio Vieira, presidente da Federação de Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil - Feteb; e Leonardo Portela, subsecretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, concede a palavra ao deputado Lafayette de Andrada para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2014.

Vanderlei Miranda, presidente - Doutor Wilson Batista.

### **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/4/2014**

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Wilson Batista, Tiago Ulisses e João Leite (substituindo o deputado Deiró Marra, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Wilson, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 880, 904, 1.836, 2.714/2011, 3.720, 3.827, 4.098, 4.203, 4.215, 4.368, 4.558, 4.604, 4.606, 4.607, 4.620, 4.653, 4.664, 4.674, 4.689, 4.699, 4.701, 4.715 e 4.730/2013 (deputado João Leite); 4.731, 4.741, 4.742, 4.746, 4.747, 4.749, 4.750, 4.751, 4.752, 4.753, 4.757, 4.760, 4.761, 4.762, 4.766, 4.770, 4.773, 4.775, 4.776, 4.781, 4.788, 4.790 e 4.692/2013 (deputado Tiago Ulisses). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 880, 904, 1.836, 2.714/2011 e 3.720/2013. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.827, 4.098, 4.203, 4.215, 4.368, 4.558, 4.604, 4.606, 4.607, 4.620, 4.653, 4.664, 4.674, 4.689, 4.699, 4.701, 4.715, 4.730, 4.731, 4.741, 4.742, 4.746, 4.747, 4.749, 4.750, 4.751, 4.752, 4.753, 4.757, 4.760, 4.761, 4.762, 4.766, 4.770,

4.773, 4.775, 4.776, 4.781, 4.788, 4.790 e 4.692/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2014.

Sebastião Costa, Presidente - Duarte Bechir - Bosco.

### **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/4/2014**

Às 15h35min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado e os deputados Rômulo Veneroso e Duílio de Castro, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rômulo Veneroso, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duílio de Castro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 29/3/2014: ofícios dos Srs. Antônio Augusto Rocha, procurador do Trabalho, e Eduardo Henrique Soares Machado, promotor de Justiça. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 4.625/2013, no 1º turno (deputado Duílio de Castro), e Projeto de Lei nº 4.703/2013, no 1º turno (deputado Rômulo Veneroso). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.703/2013 com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Rômulo Veneroso). Registra-se a presença do deputado Cabo Júlio. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.450/2014, do deputado Rômulo Veneroso, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater, em audiência pública, eventuais abusos contra consumidores dos programas de fidelidade Smiles (Gol) e Multiplus (Tam);

- nº 9.451/2014, do deputado Rômulo Veneroso, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater, em audiência pública, as crescentes reclamações dos consumidores em relação ao serviço de telefonia fixa no Estado;

- nº 9.452/2014, do deputado Rômulo Veneroso, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater, em audiência pública, o reajuste nas tarifas de contas de luz, proposto pela Cemig;

- nº 9.453/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado ao Procon Estadual pedido de providências para que seja verificada a existência de cobrança, por parte das escolas, de taxas adicionais para estudantes com deficiência;

- nº 9.454/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado ao Procon da Assembleia pedido de providências para que realize campanha de orientação e conscientização objetivando a não cobrança, por parte das escolas, de taxa adicional para estudantes com deficiência;

- nº 9.455/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado às empresas concessionárias de serviços de telefonia fixa e móvel pedido de providências para que seja possibilitada ao consumidor a identificação da operadora de telefonia responsável pelo número de telefone discado, já no início da comunicação.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2014.

Rômulo Veneroso, presidente - Liza Prado - Duílio de Castro.

### **ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/4/2014**

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes e o deputado João Leite (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Elis Cristina Pião, coordenadora-geral de Convênios da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; dos Srs. Edmar Cassalho Moreira Dias, prefeito de Camanducaia, e Euvaldo M. Bittencourt Junior, coordenador-geral de Convênios da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e do FNDE (2) (3/4/2014); e da Sra. Renata Vilhena, secretária de Planejamento (4/4/2014). O deputado João Leite retira-se da reunião. Registra-se a presença do deputado Jayro Lessa. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 248/2011 e 4.508/2013 (deputado Romel Anízio); 1.404/2011 (deputado João Vítor Xavier); 4.981 e 4.995/2014 (deputado Jayro Lessa), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 621/2011 e 5.075 e 5.076/2014 são retirados da pauta por determinação do presidente, por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.132/2013 (relator: deputado Lafayette de Andrada); 4.981/2014 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 4.995/2014 na



forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Jayro Lessa). O Projeto de Lei nº 4.508/2013 é convertido em diligência às Secretarias de Planejamento e Gestão e de Saúde, atendendo-se a requerimento do relator, deputado Romel Anízio, aprovado pela comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, e para a reunião extraordinária de 10/4/2014, às 14 horas, para apreciação dos pareceres dos Projetos de Lei nº 5.075 e 5.076/2014, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2014.

Jayro Lessa, presidente - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Rômulo Viegas.



## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/4/2014

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.004/2011, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado às secretárias de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre eventuais estudos do governo do Estado sobre a importação de aço inox e seu impacto na economia mineira e no Vale do Aço, especialmente em Timóteo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.046/2011, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre as ações desse órgão com o objetivo de erradicar o analfabetismo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.143/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre a possibilidade de convivência entre monumento natural do Estado e parque nacional, submetidos à regência da Lei Federal nº 9.985, de 2000. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.159/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à secretária de Desenvolvimento Social e ao diretor-geral do Instituto de Terras de Minas Gerais pedido de informações sobre as reclamações dos pequenos proprietários e posseiros da região de Grão-Mogol, conforme denúncias apresentadas na 60ª Reunião Extraordinária dessa comissão, em Montes Claros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.404/2012, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre o transporte coletivo entre os Municípios de São Miguel do Anta e Viçosa, operado pela empresa Vale do Piranga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.500/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário extraordinário de Gestão Metropolitana pedido de informações sobre a pesquisa Censo do Transporte, realizada em Ribeirão das Neves, e seja enviada cópia da referida pesquisa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.747/2012, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o modelo Sistema de Gestão Ambiental e a análise dos resultados obtidos, a fim de identificar que melhorias ambientais vêm sendo alcançadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.002/2012, da Comissão de Justiça, em que solicita seja encaminhado à secretária de Planejamento pedido de informações sobre os trechos de rodovia abrangidos pelas ações do Caminhos de Minas nos anos de 2012 e 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.216/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita a inserção nos anais da Casa do artigo "Sérgio Miranda, suave guerreiro", de autoria da jornalista Tereza Cruvinel, publicado na revista *Retrato do Brasil*, nº 66, de janeiro de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.239/2013, do deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de informações que menciona sobre a fiscalização da segurança em estabelecimentos abertos ao público. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.346/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral da PMMG pedido de informações sobre as providências tomadas quanto à Ficha de Atendimento nº 2.012, em que figura como solicitante o Sr. Antonio Marcos di Paula Alves e Silva. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 4.408/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao subsecretário de Assuntos Prisionais pedido de informações sobre os motivos da demissão do Sr. Luciano Avlis Marioley, agente penitenciário lotado no presídio de Barbacena até 4/12/2012. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.034/2014, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações que menciona sobre os valores e procedimentos adotados pela polícia no pagamento de honorários a seus servidores por sua participação em bancas examinadoras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.054/2014, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à secretária de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o cronograma de implantação do programa Minas Comunica II. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.090/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a existência no Estado de políticas públicas e programas de acesso a cães-guias para pessoas com deficiência. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.189/2014, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações sobre as providências tomadas em decorrência das denúncias de abuso de poder e violência policial que teriam ocorrido em Felixlândia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 64/2012, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Sérgio Rodrigues Leonardo para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 65/2012, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Vilma Tomaz para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 66/2012, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 67/2012, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

## 2ª Fase

### (das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.810/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 116/2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 11 de outubro de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.923/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 109/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de setembro de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.924/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 53, de 19 de julho de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.925/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 100, de 7 de agosto de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.926/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 111, 114, 123 a 125, 130, 133 e 135, de 11 de outubro de 2013, e 136 a 140, 145, 146, 149 e 154, de 18 de outubro de 2013, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.927/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 59 a 62, 65 a 73, 75 a 77, 79, 87, 88, 91 e 95, de 26 de julho de 2013, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.905/2012, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Mineiro de Agropecuária o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.179/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.429/2013, do governador do Estado, que institui a Política de Saúde Ocupacional do Servidor Público, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.738/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2012, do deputado Antônio Carlos Arantes e outros, que altera o *caput* do art. 34 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.026/2010, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2009. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.027/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 158, 163, 164, 167 e 176, de 6 de dezembro de 2013, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.



Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.028/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 6/2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 15 de janeiro de 2014.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.029/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 4/2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 15 de janeiro de 2014.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.061/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 191, de 17 de dezembro de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.062/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 189/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 17 de dezembro de 2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.063/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 9/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 27 de janeiro de 2014.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.984/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pimenta o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.309/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dolores dos Campos o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.331/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Extrema o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.376/2013, do deputado Duílio de Castro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Francisco o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.378/2013, do deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coqueiral o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.406/2013, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Passabém o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.635/2011, do deputado Anselmo José Domingos, que dispõe sobre a criação do programa estadual para identificação e tratamento da dislexia na rede oficial de educação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.729/2011, do deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a prevenção e o combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.819/2011, do deputado Fábio Cherem, que dispõe sobre a obrigatoriedade da exposição em todas as unidades de saúde de cartaz informativo sobre a distribuição gratuita de medicamentos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.875/2011, do deputado Leonardo Moreira, que torna obrigatória a afixação de cartazes em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado, informando o inteiro teor dos arts. 47 e 48 da Resolução Anac nº 9, de 5 de junho de 2007, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões da Pessoa com Deficiência e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.148/2011, da deputada Ana Maria Resende, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.460/2011, do deputado Delvito Alves, que dispõe sobre preferência de tramitação aos procedimentos judiciais que tenham como objeto a adoção de menores. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.832/2012, da deputada Liza Prado, que torna obrigatória a informação ao paciente sobre todos os dados de procedência das próteses implantadas nos pacientes e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.996/2013, do deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarará o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.475/2013, do deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.552/2013, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera o art.2º da Lei nº 6.074, de 17 de abril de 1973. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.937/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações, o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.964/2014, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Oliveira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/4/2014**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.979/2014, do deputado Fred Costa.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 59/2014, do Tribunal de Justiça; Projetos de Lei nºs 4.102/2013, do deputado Durval Ângelo; 4.798/2013, do deputado Leonardo Moreira; 4.969/2014, do deputado Rômulo Viegas; 4.982/2014, do governador do Estado; 4.997/2014, do deputado Fred Costa; 5.011/2014, do deputado Duarte Bechir; 5.054/2014, do deputado Lafayette de Andrada; 5.055/2014, do deputado Braulio Braz; 5.057/2014, do deputado Duarte Bechir; 5.058/2014, do deputado Duarte Bechir; 5.065/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.070/2014, do deputado Lafayette de Andrada; e 5.073/2014, do deputado Braulio Braz.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.418/2013, do deputado Leonídio Bouças; 5.033/2014, do deputado Agostinho Patrus Filho; 5.044 e 5.045/2014, do governador do Estado; 5.048/2014, do deputado Bosco; e 5.074/2014, do deputado Duílio de Castro.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/4/2014**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Realização de debate, com a presença de convidados, sobre a utilização de areia descartada de fundição na cobertura de aterros sanitários e na construção e conservação de estradas estaduais.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 15/4/2014**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/4/2014**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.





### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/4/2014**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/4/2014**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:  
Requerimentos n.ºs 7.570/2014, do deputado Jayro Lessa; e 7.581/2014, do deputado Sávio Souza Cruz.  
Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 15/4/2014**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 15/4/2014**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.



## **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2014, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 3.403/2012, do deputado Gustavo Valadares, 3.851, 4.403 e 4.220/2013, do deputado Zé Maia, 4.257/2013, dos deputados Ivair Nogueira e Rômulo Veneroso, 4.518/2013, do deputado Gustavo Valadares, e 4.665/2013, do deputado Dinis Pinheiro; de debater a não transferência das concessões de táxi para parentes dos permissionários em Belo Horizonte; de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.



Adalclever Lopes, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da Comissão de Direitos Humanos; a deputada Maria Tereza Lara e os deputados André Quintão, Fabiano Tolentino, Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 15/4/2014, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

Durval Ângelo, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Paulo Guedes e Romel Anízio, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2014, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 4.944/2014, da deputada Liza Prado, e dos deputados Leonídio Bouças, Romel Anízio e Zé Maia; o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 4.351/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes; e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 4.703/2013, do deputado Mário Henrique Caixa, e 4.835/2014, do deputado Bonifácio Mourão; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 4.668/2013, do deputado Luiz Henrique; 4.842/2014, do deputado Pompílio Canavez; 4.847 e 4.848/2014, do deputado Rogério Correia; 4.869/2014, do deputado Tony Carlos; 4.895/2014, do deputado Adelmo Carneiro Leão, e 4.930/2014, do deputado Leonardo Moreira; de votar os Requerimentos nºs 7.434 e 7.460/2014, da Comissão de Participação Popular, e 7.582/2014, da deputada Liza Prado; e de discutir e votar pareceres de redação final e proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

Antônio Carlos Arantes, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os deputados Almir Paraca, Cássio Soares e Gil Pereira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2014, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.923/2013, do deputado Fred Costa; de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.129/2013, do deputado Rogério Correia; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 7.419, 7.420, 7.431 e 7.530/2014, da deputada Liza Prado; de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

Liza Prado, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a deputada Luzia Ferreira e os deputados Carlos Pimenta, João Leite e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão, para a reunião de audiência pública a ser realizada em 23/4/2014, às 19 horas, na Sociedade São Vicente de Paulo, na R. Porto Seguro, 382, Bairro Boa Vista, Belo Horizonte, para debater as condições de infraestrutura e saneamento básico desse bairro; e de discutir e votar pareceres de redação final e proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

Paulo Lamac, presidente.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 9/4/2014

O deputado Hely Tarquínio - Srs. deputados, Sras. deputadas, caros presentes, Sr. Presidente, venho hoje à tribuna para homenagear o governador Antonio Anastasia e fazer uma apologia de seu governo. Anastasia foi o grande timoneiro, o grande arquiteto dos dois primeiros governos de Aécio Neves. Durante quatro anos ele comandou de forma soberana e com espírito democrático, encarnando as características e propriedades de um governante que tem responsabilidade com seu povo, com o povo mineiro.

Governou com a filosofia de identidade com as diferenças, filosofia que não tem preconceito. A palavra “preconceito” é muito incisiva porque é um julgamento antes de conceituar, antes de analisar, antes de emitir opinião. Então, ele realmente demonstrou capacidade na sua história. É um homem formado nos bancos da universidade, um acadêmico notável que se distinguiu também como



funcionário público, como servidor. Aprendeu todas as mazelas da grande burocracia e as da academia e se inspirou exatamente na Constituição de 1988 como um catedrático do direito administrativo, do direito constitucional. Por isso mesmo recebeu do governador Aécio Neves o galardão pela meritocracia, que às vezes no Brasil não é tão comum: a meritocracia da sabedoria, da coragem de enfrentar a realidade de um país capitalista onde predominam ainda os estratos socioeconômicos a partir de uma filosofia econômico-social, ficando o social para depois e o econômico estabelecendo o *status* das pessoas.

Com sua visão constitucionalista, com sua sabedoria de homem cristão, que busca a meritocracia e, sobretudo, a justiça, a *dique* de Platão, e baseado na tríade da Revolução Francesa: a igualdade de oportunidades, a fraternidade, a liberdade no limite de uma lei bem-elaborada, como foi a Constituição de 1988 sonhada pelos constituintes, ele colocou uma filosofia em seu governo, a filosofia de aproximar o Estado de Direito do Estado de fato, que é essa visão do dia a dia, da realidade, das dificuldades, das muitas camuflagens, da roupagem que esconde tanta injustiça social. Com essa visão constitucionalista, ele primeiro projetou seu governo, baseado sobretudo na justiça social, buscando a paz a partir da identidade das diferenças, e pôde levar Minas Gerais ao bom caminho nesses quatro anos, como um grande arquiteto e administrador da Seplag, uma secretaria que era destino final de todas as outras. Ela era o visor que o governo tinha o tempo todo para realizar suas ações, o planejamento de seu orçamento, o endividamento necessário e também para conviver com a Assembleia Legislativa e o Judiciário, sabendo que governar é governar complexidades e, para tal, é preciso ter sabedoria para entender as diferenças, intervir, ler entre as partes e os sentidos da verdadeira democracia.

Por isso mesmo queremos dizer que, a partir da visão de aproximar o Estado de fato do Estado de Direito - e, no Brasil, essa é ainda uma distância oceânica -, com ações de um governo sério, probo, que pensa no próximo e no coletivo, suplantando muitas vezes os interesses localizados, ele pôde dar um rumo, navegar para o lado de um porto seguro, aplicar a democracia e os princípios que ele tanto conhece e pratica. Ele partiu de princípios que são pontos de partida para atingir suas metas, que são as chegadas, e foi fazendo isso progressivamente. Baseado nisso, primeiramente ele fortaleceu a estrutura do Estado, haja vista que na quinta-feira entregou o governo.

Aconteceu depois que já tinham chegado à Assembleia os dois projetos da Defensoria Pública que acabam de estruturar uma instância em defesa do cidadão, principalmente pessoas mais humildes, mais pobres, em que a voz às vezes não é tão forte, em razão do seu *status* social. E ele compôs estruturando o governo para defender os pobres, para defender as pessoas que necessitam. Muitas vezes a Justiça tem uma visão do *status* social, e isso precisamos coibir ao longo do tempo, porque o ser humano é imperfeito, às vezes trabalha para sobreviver e, às vezes, para adquirir poder.

O poder tem muitos apelos, e ele sabe fazer essas diferenças. Então, com a sua sabedoria, ele estruturou o Estado progressivamente e também, na parte estrutural e na parte que compõe todas as instâncias das instituições do Estado, procurou criar carreiras e planos para os funcionários de cada secretaria. Lógico que isso é um trabalho hercúleo porque, historicamente, Minas Gerais foi sendo construído lentamente. É próprio dos governos e da complexidade de governar. Lógico que também gostaríamos de homenagear os governos passados, quer da oposição, quer da situação. Não acredito que ninguém vá para o governo para fazer mal. Acredito ainda na boa ação, tenho boa-fé nos políticos, nos governantes. As discussões, as paixões partidárias têm de ficar abaixo dos interesses do povo. Como disse Marco Aurélio, no Supremo, estes dias: “A eleição não pode ser promovida pela riqueza porque, senão, o parlamento vai instituir um poder plutocrático”. Isso não pode acontecer. Temos de combater essa situação. Por isso mesmo tem de ser combatido o financiamento de campanha por empresas, o trânsito com empresários. Creio que isso tenha de ser combatido, sim, porque quando uma mão lava a outra, no aspecto da eleição, é muito perigoso.

O governador, sabedor de tudo, estruturou o Estado, o que seria, do ponto de vista da medicina anatômica, mais estrutural e funcionalmente para atender à população de Minas Gerais. Como ele fez isso? A partir de um orçamento que, até bem pouco atrás, era fictício, um orçamento que, muitas vezes, atendia a apelos partidários. Ele, na sua probidade, na sua visão imparcial identificada por todos os mineiros, do mais graduado ao mais humilde, estabeleceu uma orientação para se fazer um orçamento através da interface que a Seplag tinha com as diversas secretarias, como via o final comum das informações de cada secretaria. Ele tem um visor, o tempo todo dinâmico, da vida de cada ano de Minas Gerais, sempre.

A Assembleia, já há mais tempo, vem aplicando o que está na Constituição: a lei do orçamento, o Plano Plurianual de Ação Governamental. A revisão tem sido feita aqui, e, finalmente, o orçamento de cada ano. Nesse orçamento ele conseguiu com inteligência criar mecanismos sábios para poder transformar esse orçamento próximo do real, exatamente criando os projetos estruturadores e programas estruturais, haja vista o Processo em 224 municípios de Minas Gerais. Isso foi uma conquista muito importante para Minas Gerais, pois conseguiu colocar asfalto em todos os 853 municípios, às vezes com estrada distante de mais de 100km, que eu até conheço. Então, foi levado o progresso dos diversos indicadores através da via asfaltada. Assim, chega a educação mais facilmente, chega a saúde mais facilmente, enfim, o município se emancipa mais facilmente porque, sem estrada, muitas vezes o município tem muitas dificuldades, e, assim, poderemos melhorar a educação sob todos os aspectos.

Na educação - não preciso guardar segredo, porque há indicadores internacionais que dão esse galardão à Minas Gerais -, o curso fundamental é feito agora em nove anos. Isso melhora logicamente o curso fundamental e o curso médio. E o que vai acontecer? Mais pessoas vão ingressar na universidade. A educação de Minas progrediu muito no governo Anastasia e foi alcançando as metas lentamente, mas foi um lentamente que, em quatro anos, representou muito. Lógico que devem ser somados os oito anos do nosso grande governador Aécio Neves. Ele também sempre contou com o apoio da Assembleia Legislativa. Esse apoio foi percebido na criação da nossa Comissão de Participação Popular, para fazer o planejamento de um orçamento participativo com a participação do cidadão. Assim, fomos conseguindo as transformações, porque governar é importante, mas é preciso fazê-lo sempre transformando a sociedade cidadã. Cada cidadão e sua família vão tendo mais oportunidades. Isso foi o que aconteceu no governo Anastasia.

Tanto é verdade, que a destinação das verbas desse orçamento participativo é dirigida imparcialmente a cada município, por meio de programas como o Travessia. O dinheiro chega ao prefeito por mérito, não interessando se seu partido é do PMDB, do PT ou do PSDB, considerando-se critérios estabelecidos pelas secretarias que deságuam na Seplag e na Fazenda, formando uma interface entre todas as secretarias. Assim faz um governo que visa ao bem de Minas Gerais.



É claro que o governo não conseguiu fazer tudo que queria em 4 anos, mas em 12 anos Minas Gerais deu um salto de qualidade, tendo em vista a convivência do seu povo, as conquistas de que uma família precisa, como encaminhar seus filhos e, sobretudo, dar-lhes dignidade. O governo procurou ter uma meta, e qual foi o resultado? Ele sempre disse que governar é alcançar bons resultados. E foi o que aconteceu com o governo Anastasia, por meio dos projetos estruturadores. Por exemplo, na saúde, há o programa Farmácia de Minas. Basta a secretaria fazer a inscrição e aderir ao programa, que será orientada e receberá o dinheiro necessário, juntamente com o dinheiro do governo federal. Em alguns programas, há uma interação com o governo federal e com o governo municipal. Apesar de a Federação estar arrecadando muito, a distribuição de renda é difícil; há concentração da tributação em Brasília.

Precisamos de um pacto federativo. Ele governou fazendo diagnósticos, verificando os resultados conquistados para o povo mineiro. E está claro para todos nós, do Legislativo, que convivemos com o povo, no dia a dia, que é preciso haver um novo pacto federativo, no que tange, sobretudo, à tributação. Não queremos atirar pedra, mas entendemos que isso é uma mazela localizada que precisa ser mudada. Tudo isso é percebido por meio das ações do governo.

Há também o transporte sanitário que foi implantado e que, para mantê-lo em todos os municípios, precisa estar incluído no orçamento participativo e nos programas estruturadores. Há o Pro-Hosp, que representou uma injeção de recursos nos hospitais regionais. Foi feito de acordo com os critérios técnicos, para atender à população de forma mais adequada, conforme a necessidade cada dia mais gritante e com maiores demandas.

Então, é por isso que estamos aqui fazendo uma apologia do governo, elogiando tudo que ele construiu na saúde, na educação e para a juventude, sempre pensando no povo de Minas Gerais.

O programa Caminhos de Minas está em andamento, a área de segurança tem muitos programas, projetos e concursos programados. Enfim, queremos aqui prestar uma homenagem ao governador Anastasia pelo bom governo que desempenhou. Certamente, vai concorrer ao Senado e servir bastante ao Brasil e a Minas Gerais. Deixamos aqui a nossa gratidão imorredoura, nossos reconhecimentos pelos seus bons serviços prestados a Minas Gerais. Muito obrigado.

O deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, saúdo V. Exa., assim como saúdo os colegas deputados, a nossa assessoria, os profissionais da imprensa, as pessoas que nos acompanham das galerias. Cumprimento, de forma muito especial, aqueles que, de suas casas ou, quem sabe, do seu ambiente de trabalho, espalhados por nossa grande e querida Minas Gerais, em mais de 300 municípios, acompanham os trabalhos desta Casa, nesta tarde.

O que me traz a esta tribuna, primeiramente, é a necessidade que sinto de falar de uma preocupação muito grande que tenho como presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas desta Casa. Esta comissão tem feito um esforço que eu poderia, sem exagero, chamar de hercúleo. Ela tem viajado por este Estado, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, atendendo aos pedidos dos colegas deputados para a realização de audiências em suas cidades e regiões. Temos trabalhado bastante e temos encontrado, Sr. Presidente, a mesma cruel realidade em todas as cidades e regiões aonde fomos até agora, ou seja, a droga tomou conta dos 853 municípios e dos distritos do nosso estado.

Ontem, estivemos, em audiência pública, na cidade de Manhuaçu. Como todos sabem, aquela cidade, aquela região é grande produtora de café. Ouvíamos do prefeito que agora, na época da colheita do café, o *crack* tem chegado até as lavouras, lamentavelmente.

O *crack* tomou conta do nosso estado. Sabemos que, como droga, não há apenas essa. Há também a cocaína, o álcool, as anfetaminas, mas o nosso flagelo, lamentavelmente, deputado Tadeu Martins Leite - V. Exa. sabe muito bem, pois já realizamos três audiências na sua região -, é o *crack*. Infelizmente o *crack* está hoje em segundo lugar entre as drogas mais consumidas do País, porque a que ainda continua em primeiro lugar é o álcool.

Isso nos preocupa porque estamos perdendo uma geração. Não suportamos mais ver pais e mães desesperados, amarrando e acorrentando seus filhos dentro de casa para não vê-los morrer na mão do tráfico por causa de dívida de uma pedra de *crack*. Não aguentamos mais ver filhos agredindo os pais, chegando ao absurdo de roubar a própria casa, se é que se pode caracterizar como roubo o filho tirar de dentro da casa alguma coisa que pertence à família e, conseqüentemente, a ele. Assim tem sido entendido. Esses filhos têm tirado de dentro de casa televisões, aparelhos de som, sua boa roupa e seu tênis e têm trocado isso por droga.

Outro dia aconteceu um absurdo. Um dos meus assessores chegou a mim e disse: “Deputado, a situação na casa da minha sogra está insustentável. Hoje meu cunhado quebrou todos os banheiros, tirou todos registros de água, inundando a casa”. Por que ele tirou os registros? Para usar como moeda para comprar *crack*.

A situação é realmente calamitosa. Tenho usado uma expressão que pode parecer um exagero, mas a questão é de segurança nacional. Sabemos que 80% dos presos em Minas Gerais e no Brasil têm algum tipo de ligação com as drogas. Vivemos uma incoerência na relação com os usuários de drogas. Usar drogas no Brasil ainda é crime, mas não é mais imputado ao usuário crime pelo uso. Isso é entendido como problema de saúde. Também creio que é problema de saúde, mas, ainda assim, continua sendo crime. Esse usuário, uma vez preso, é imediatamente colocado em liberdade. Quem ganha com isso? O traficante. A nossa legislação produziu para ele um cliente fidelizado, que não pode nem ser preso. Deputados, senhores e senhoras, vejam a incoerência. O usuário de drogas não pode ser preso porque está usando drogas, mas, se ele roubar um celular, um relógio, um par de óculos ou qualquer outro objeto para comprar droga, poderá ser preso por esse crime. Daí hoje vemos um crescente número de presidiários com algum tipo de ligação com o mundo das drogas.

Feita essa explanação, quero falar da minha indignação. Deputado Ulysses, quero falar da minha frustração, da minha decepção. Marcamos uma audiência nesta Casa para o dia de hoje. Queremos ouvir das autoridades o que foi feito, o que está sendo feito ou o que será feito no tocante à prevenção e ao combate às drogas ilícitas, por ocasião da realização da Copa do Mundo. Pela manhã concedi algumas entrevistas, e a pergunta era essa: “Deputado, por que essa preocupação com as drogas exatamente na Copa do Mundo?”. Eu digo: não é somente por ocasião da Copa do Mundo, mas também por causa dela, deputado Paulo Guedes, por uma linha de raciocínio muito simples. Tenho certeza de que 80% de quem vai assistir à copa no Brasil são brasileiros e torcedores vindos do Cone Sul, especificamente do Mercosul, que não precisam de passaporte para entrar no País. É sabido por todos que o Brasil não



produz drogas. O Brasil consome e é rota de tráfico. Temos a maior malha rodoviária federal do Brasil. Temos fragilidade por fazermos divisa com cinco estados: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Goiás e São Paulo. Somos altamente fragilizados nas nossas divisas. A droga que entra no Brasil vem de países da América do Sul.

Mas o que tem sido feito para proteger nossas famílias, nossos adolescentes, nossos jovens? E mais: temos uma legislação sobre as drogas, mas agora temos um vizinho, o Uruguai, que descriminalizou o uso da maconha. O nosso vizinho tem interpretação completamente diferente da nossa em relação ao uso da maconha, e esses torcedores virão para o Brasil.

Então, falei da minha frustração, que vou explicar. Tenho em mão uma relação de pessoas que foram convidadas a vir aqui, porque assim convém à boa política de relação, mas que poderiam ter sido convocadas - algumas delas - porque, como deputados, temos a prerrogativa de, em vez de convidar, convocar para que venham aqui secretários de Estado, entre outras pessoas. Mas, preferindo manter a boa e educada relação, fizemos o convite. Para minha frustração, quando cheguei ao Plenário, às 10 horas pontualmente, para a realização da audiência, aqui estavam apenas os representantes da Polícia Militar.

Nosso secretário Thiago Nascimento Lacerda, filho do prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda - que, infelizmente, não tem feito absolutamente nada em relação às drogas em nossa capital -, é também o responsável pela Secopa. Precisávamos ouvir esse secretário. O que tem sido feito? Produzimos uma cartilha - em três línguas, no mínimo - orientando as pessoas sobre a legislação brasileira sobre drogas? Temos algum aparato especial para o nosso estado e a nossa capital? Isso é uma questão de vontade política, deputado Duílio de Castro. Quase 3 mil soldados do Exército estão agora no Rio de Janeiro e vão ficar lá por três meses. Ora, que coincidência: três meses. Estamos em abril; os próximos três meses são maio, junho e julho, exatamente o período da Copa do Mundo. Para resolver o problema de segurança naquele estado, o Exército foi chamado. E foi chamado porque o estado percebeu a fragilidade e o perigo que a população estava correndo e pediu socorro às Forças Armadas.

E nós, o que estamos fazendo? Será que vamos esperar chegar o momento da Copa do Mundo sem elaborar um plano de prevenção, um plano de ação e sem pedir qualquer reforço, mesmo entendendo que somos muito frágeis? Temos 16.000km de fronteira seca e menos de mil policiais federais para o policiamento. Isso é fazer de conta que temos vigilância em nossas fronteiras. É fazer de conta. Temos cinco divisas e a maior malha rodoviária federal, mas a maioria dos postos da Polícia Rodoviária Federal está fechada. E sabemos que boa parte da droga circula por nossas estradas. Mesmo com o pouco de policiais federais que temos na malha federal no Estado, ainda vemos em alguns momentos apreensões volumosas de maconha, de cocaína e de pasta-base, mas praticamente todos os postos estão desativados. Estamos à mercê do tráfico.

E aí eu olho essa lista de autoridades que convidamos para a audiência pública e me sinto frustrado e indignado ao perceber que eles não compareceram para a audiência de hoje, que ela foi apenas cancelada e será reagendada para uma próxima data. Nós vamos realizar essa audiência, e dessa vez não vou usar o instituto educado do convite, vou usar aquilo que me é dado como prerrogativa nesta Casa, como deputado: vou convocar para que venham aqui. Isso porque nós não podemos, da nossa parte, fazer o esforço que estamos fazendo, trabalhar como temos trabalhado, viajando por este Estado, assim como temos viajado, e recebendo, em todas as cidades e regiões, os clamores e anseios da população, vendo o desespero das famílias, e parecer que essas autoridades estão insensíveis, vivendo em outro planeta, não na Terra, não em Minas Gerais.

É de lamentar. É frustrante ver todo empenho que temos feito muitas vezes não ser encarado com a mesma responsabilidade e com a mesma seriedade por algumas autoridades do Estado que têm o dever constitucional, até, de atender a esse convite, a esse apelo e se apresentar. Deputado João Leite, fico realmente frustrado por isso. A uma audiência de tamanha importância como essa que foi convocada para discutir a questão das drogas por ocasião da Copa do Mundo não aparecer, exceto a Polícia Militar, nenhum dos convidados, é frustrante para essa comissão. V. Exa., como presidente da Comissão de Segurança, sabe do problema, conhece de perto a temática das drogas e também sabe da importância da realização de uma audiência como essa. Portanto minha palavra de decepção, de frustração em relação a esse não atendimento ao convite que foi feito.

Como eu disse, na próxima audiência vou usar da prerrogativa que me é dada de convocar e não de, educadamente, convidar para que esta audiência seja realizada. Não podemos deixar a população à mercê do que eventualmente poderá acontecer por ocasião da Copa do Mundo, no tocante à invasão de drogas no nosso estado, dada a nossa fragilidade em todos os sentidos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Duílio de Castro - Muito obrigado. Quero saudar o presidente, deputado Hely Tarquínio, os deputados e as deputadas aqui presentes, as pessoas que nos honram com a presença e os telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia.

Chegamos a esta tribuna neste momento para registrar nossa insatisfação com a presidenta Dilma, que esteve em Minas Gerais mais uma vez. Quero registrar minha insatisfação pelo desrespeito dela com os municípios.

Todos estão acompanhando a peregrinação que os prefeitos têm feito a Brasília em busca de recursos, porque não há recursos nos municípios para cumprir compromissos feitos pelos prefeitos. A presidenta, no ano passado, prometeu alguns recursos para os municípios e dividiu em duas parcelas. Sabemos das dificuldades dos municípios, que estão agonizando, que não têm orçamento, e a presidenta libera pouco mais de 1 bilhão para dividir pelos 5.564 municípios do Brasil. Fiz uma conta rapidamente, deputado João Leite, e fiz questão de ligar a alguns prefeitos para informar quanto estava caindo na conta deles.

E as informações vieram. Falo que é uma bagatela, porque, depois de um ano de promessa, colocar R\$130.000,00 nas contas dos municípios é algo inaceitável. Isso é um desrespeito com os municípios, porque levam 70% do orçamento para Brasília e não querem dividir o bolo. E os municípios não têm capacidade nenhuma de cumprir os seus compromissos. Infelizmente nos deparamos com todos os municípios, de Norte a Sul e de Leste a Oeste do Estado, sem o mínimo de estrutura para produzirem políticas públicas, e ninguém quer dividir o bolo. Gastaram mais de R\$800.000.000,00 para fazer um porto em Cuba.

Eram R\$800.000.000.000,00? Eu estava achando que eram milhões. Mas, independentemente de serem bilhões ou milhões, os municípios estão recebendo R\$130.000,00.

Queria chamar a atenção também para o fato de que a refinaria de Pasadena foi comprada por R\$42.000.000,00, e foi pago mais de R\$1.000.000.000,00 por uma empresa que custava R\$42.000.000,00. Gasta-se dinheiro, abre-se o BNDES, e é feito o empréstimo de



R\$400.000.000,00 para a construção do Itaquerão, do Corinthians, para ser pago em 15 anos. Por que não emprestam esse dinheiro para se construírem estádios para os municípios?

O Brasil não tinha condições de investir em estádios para a Copa do Mundo. Queremos a Copa do Mundo, mas temos de discutir se este é o momento. Isso porque, infelizmente, a inflação está batendo na nossa porta, a nossa economia está destrozada e foram corrompidos os pilares de sustentação da nossa economia. Não conseguimos mais sair de casa por causa da insegurança, pois as nossas fronteiras estão arrebentadas, arreganhadas, para entrar armas, drogas. Como o deputado Vanderlei Miranda falou, estamos escancarados. Entra cocaína, *crack*, do jeito que queremos. E não é só para abastecer o Brasil. O Brasil está servindo de rota para abastecer o mundo, porque não temos Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal. Atravessamos este Brasil inteiro sem que a Polícia Federal pare um carro, porque ela não existe. Estamos com as nossas fronteiras escancaradas. E, depois de entrarem toneladas e mais toneladas de drogas, querem que os municípios e o Estado deem conta de procurar, tomar e prender as pessoas que infelizmente estão adoecendo os nossos filhos. Isso é inaceitável.

Deputado Rômulo Viegas, a refinaria que está sendo construída no Nordeste, que custaria R\$2.500.000.000,00, já atingiu o valor de R\$18.000.000.000,00. Chamo a atenção para essa situação, porque todo esse aparato financeiro que estão gastando não chega aos municípios.

E quero chamar a atenção dos municípios. Precisamos de uma reforma tributária. Tenho cobrado isso e me manifestado em favor dos municípios. Não se pode fazer o que estão fazendo com os municípios. Não se pode dar R\$130.000,00 para um município, pois ele não dá conta de comprar nada. Com R\$130.000,00 não se compra sequer uma *van* para a área da saúde. O prefeito fez vários compromissos com a sociedade, com seus eleitores, mas, ao assumir a cadeira, sente aquela tristeza em ver o orçamento comprometido.

Hoje é impossível administrar um município e produzir as políticas públicas necessárias.

Aí, vem a presidenta ao Estado de Minas Gerais pensando que está realizando um grande feito, um investimento enorme, quando fala em pouco mais de R\$1.000.000.000,00. Só que pouco mais de R\$1.000.000.000,00 é para 5.564 municípios produzirem políticas públicas. O que se compra com R\$130.000,00? Um aparelho de raios X. Além disso, dá para inteirar para comprar uma *van* ou duas ambulâncias. Agora, demora um ano para liberar R\$130.000,00 para os municípios e pensa que está fazendo favor. Esse é o 0,6%. Todos os municípios receberão, ou melhor, receberam nas suas contas R\$130.000,00. Isso é brincadeira. Estou falando aqui porque sou municipalista e defensor do dinheiro arrecadado na mercearia, no supermercado e na periferia. O dinheiro tem de voltar, o recurso tem chegar lá para produzir políticas públicas.

Infelizmente, vemos que hoje estamos num país desgovernado, com a nossa economia fragilizada e a inflação batendo à porta. O governo está dando enorme prejuízo ao setor elétrico e à Petrobras para segurar a inflação. Não tem Cristo que agente um governo que, infelizmente, sacrifica a população. Até há pouco tempo podíamos andar nas ruas e sair, nossos filhos podiam voltar tarde da noite e estudar. Eu estava verificando o orçamento. Hoje se gasta mais de R\$500.000.000,00 para produzir estudo em Cuba, de onde estão trazendo os médicos. Não sou contra isso porque precisamos de mais médicos, sim, mas queremos os nossos filhos médicos e espaços para que estudem. Isso é lógico. Encontro inúmeras pessoas que querem disputar o vestibular para estudar medicina.

Queria chamar a atenção de todos e dizer que, independentemente de partido, temos de brigar nesta Casa, sim, e pressionar o governo federal para que abra seu cofre e faça uma reforma tributária que dê condições aos municípios de respirarem e cumprirem seus compromissos. O deputado Paulo Guedes está aqui e sabe disso porque anda no Norte de Minas. Tenho certeza de que todos os seus prefeitos estão reclamando que não têm dinheiro, assim como os prefeitos dos deputados Rômulo Viegas, Pompílio e Tadeuzinho e os meus. Quando chego aos municípios, é só choradeira. Com toda razão, porque não têm dinheiro. Agora, vem trazer um recurso desse, uma bagatela dessa de socorro ao município. Socorrer o quê? O que se faz com isso? O que faz o município que requer 0,6% e recebe R\$130.000,00?

Isso que estou dizendo é um absurdo porque não querem discutir reformas importantes para o nosso país, como a tributária, a política e a do Judiciário, a fim de dar-lhe condições de desenvolver-se. Não querem discutir maioria penal. Como se consertará o País? Como tirar um país do terceiro mundo e levá-lo para o primeiro mundo se não querem discutir?

Têm de discutir esses temas polêmicos. Têm, sim, porque senão não vai resolver. Se não abrem essa discussão com a sociedade, como vamos conseguir resolver esses problemas? Mais cabeças pensam melhor do que uma, buscam e oferecem mais soluções. É para isso que quero chamar a atenção de cada um de vocês. Temos de continuar pressionando, sim. O País não pode continuar nessa estagnação e crescer 1,5%, 2%, 2,5%. Queremos crescer 8%, 10%, 11%, 12%, como a China, temos condições. Mas não. Não temos como crescer porque não temos energia elétrica, não há investimento em infraestrutura, não temos estradas nem ferrovias, então como vamos nos desenvolver?

O deputado Rômulo Viegas (em aparte)\* - Muito obrigado, deputado Duílio de Castro. Vou somar ao seu pronunciamento coisas importantes. Estamos vendo o governo realmente sem planejamento. Anunciaram que iam baixar o custo da energia elétrica, e agora a Aneel - isso tem de ficar claro para a população - está autorizando aumento na conta de mais de 15%. Até fico impressionado com a coerência do deputado Weliton Prado, do PT, que está entrando - vi isso hoje no jornal - contra essa decisão da Aneel. Está faltando, portanto, planejamento, está havendo desperdício de água, que está indo para o mar. Não investiram nas usinas elétricas, temos de custear as térmicas. Agora a conta de luz vai subir. Quero ver em quem eles vão depositar a culpa, e esse vai ser o meu pronunciamento nos próximos dias.

Simultaneamente, V. Exa. fala do descontrole dos preços no Brasil, onde a inflação já bateu o teto da meta. Você que nos acompanha, fique atento, porque o coelhinho da Páscoa vai vir vestido com a roupa do dragão da inflação. Fiquem atentos a isso.

Mais ainda: a taxa de juros básicos do País, Taxa Selic, já está 11% ao ano. Então, realmente não há o que fazer com esse caos em que está se transformando a falta de planejamento do governo e o descaso com os municípios e os estados. A presidenta Dilma manda ao Congresso a possibilidade de modificar o indexador das dívidas dos estados e dos municípios, trocando o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP-DI - pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Mas, na mesma hora, recuou. Não



vai mais fazer isso. Queria atender a prefeitura de São Paulo, mas, ao resolver que isso ia atender Minas Gerais e demais estados, o projeto está na gaveta. Não vai atender. Então fica realmente muito difícil governar nessas condições. O que é preciso é colocarmos alguém no governo que reveja toda essa situação, trazendo mais segurança, mais saúde, mais investimento em infraestrutura e, mais ainda, controlando a inflação, que já está batendo violentamente à porta dos consumidores do País.

O deputado Duílio de Castro - Sr. Presidente, Srs. Deputados, falo aqui em nome de muitos prefeitos que gostariam de estar neste espaço para reclamar da sua insatisfação em relação ao orçamento que infelizmente lhes é imposto garganta abaixo. Com isso, eles não têm condições de cumprir. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Pompílio Canavez\* - Boa tarde, presidente Hely, boa tarde, deputados e deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia. Uso a tribuna hoje para falar de dois assuntos: um é a transposição das águas do Rio Paraíba do Sul, reivindicada pelo governador de São Paulo; o outro, a Universidade Federal de Alfenas, que completou 100 anos na semana passada.

Quero começar falando sobre a Bacia do Rio Paraíba do Sul, pois estranhamente o governo do nosso estado não tem se pronunciado sobre esse assunto, que é muito importante para uma região do Estado, a Zona da Mata.

Hoje, eu e o deputado Doutor Wilson, que é de Muriaé, teríamos uma audiência pública na referida cidade, porém o avião da Assembleia que nos levaria até lá não pôde levantar voo devido a um intenso nevoeiro na cidade que impediu a decolagem. Por isso, quero me justificar com as pessoas, os ambientalistas, o prefeito, o presidente da Câmara e os presidentes de comitês de bacia que estarão lá. Não pudemos estar presentes por causa desse contratempo.

Quero aproveitar para dizer que, como sou da Comissão Extraordinária das Águas, causa-me estranheza o fato de o governo do Rio de Janeiro, que está no final da Bacia do Rio Paraíba do Sul, estar tão preocupado. O governo e a Assembleia carioca estão realizando audiências, pois estão preocupados com a transposição das águas no Estado de São Paulo. Aqui, em Minas Gerais, estamos agindo como se nada estivesse acontecendo.

O Rio Paraíba do Sul nasce em São Paulo, passa pela Zona da Mata mineira, deságua no Estado do Rio de Janeiro e é responsável pelo abastecimento de dezenas de cidades na Zona da Mata, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Boa parte da região da Zona da Mata usa as águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul na agricultura. O governo de São Paulo já apresentou o pedido dessa transposição à Agência Nacional de Águas - ANA. Para citar números mais fáceis de entender, a água que querem retirar do Rio Paraíba do Sul para jogar no Sistema Cantareira, que abastece principalmente a capital de São Paulo, seria suficiente para abastecer uma cidade com mais de 2.100.000 habitantes. Poucas cidades do Brasil têm mais de 2.100.000 habitantes. Podemos citar Belo Horizonte e mais algumas. A retirada dessa água pode inviabilizar o abastecimento não só no Rio de Janeiro, que tem reclamado e gritado bastante, mas também e especialmente no Estado de Minas Gerais. Por isso, o silêncio da Secretaria de Meio Ambiente, do Igam e do governo do Estado são preocupantes.

Se em São Paulo, que é o estado locomotiva do País, cujo governo é do PSDB e impera há muitos anos... Hoje vi na imprensa uma análise. Foi por falta de gestão que em São Paulo está faltando água. Se aqui, com um sistema de meio ambiente estadual, já passamos por dificuldades tremendas com as nossas águas em todo o Estado, imaginem o que vai acontecer se retirarem do Paraíba do Sul esse montante, essa proporção de água que estou citando, que é inicial? A quantidade de água que será retirada inicialmente seria suficiente para abastecer a população de uma cidade com mais de 2.100.000 habitantes.

Isso me causa preocupações. Como sou militante na área da água e do meio ambiente, preocupo-me ao ver o Rio de Janeiro se mobilizar. O governador de lá foi à TV e à imprensa para dar o grito: "Não mexam na água dos cariocas". E, em Minas Gerais, o principal estado, o que mais contribui com os rios da Bacia do Rio Paraíba do Sul, há um silêncio completo. Não dizem nada. É como se isso não fosse conosco.

É essa preocupação que trago para os telespectadores da TV Assembleia e para os deputados. Além disso, trago uma cobrança ao novo governador e ao novo secretário de Meio Ambiente, que já foi procurador do Estado, para que deem aos mineiros uma satisfação, que digam porque o Estado está quieto. Por que a principal riqueza do nosso estado, a água, está sendo levada dessa maneira, e o governo do Estado age como se não estivesse acontecendo nada. Hoje mesmo, o deputado Rogério Correia esteve em uma audiência pública sobre o mineroduto no Jequitinhonha. A água retirada do Jequitinhonha para levar minério para o litoral, para o porto, daria para abastecer uma população de 400 mil pessoas. Poucas cidades em Minas Gerais têm essa população. Então, essa apatia, essa inércia com as nossas águas, com os nossos rios, é deveras preocupante.

Concedo aparte ao deputado Paulo Guedes, mas solicito que seja breve porque ainda desejo falar a respeito da Universidade Federal de Alfenas.

O deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - Serei rápido ao tecer alguns comentários. Primeiro, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, que mostra uma preocupação que considero muito correta com relação à água. Mas gostaria de ater-me somente por 2 minutos à fala do deputado Duílio de Castro. Parece que o deputado está morando em outro País, porque vendeu, nesta tribuna, um país que não existe. Esse país de terceiro mundo que ele citou não existe. Era um país de terceiro mundo quando vivia de pires na mão diante do FMI, na época do Fernando Henrique, quando o salário mínimo não chegava a US\$70,00. Naquela época, sim, tínhamos 40 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, o desemprego imperava, não tínhamos reservas cambiais. Hoje, não, pois estamos no G20, fazemos parte do grupo das grandes economias mundiais.

O ex-presidente Lula conseguiu fazer com que este país voltasse a crescer. Ele não fez magia nenhuma, apenas distribuiu renda, deu oportunidade para aqueles brasileiros que estavam fora do mercado de trabalho, que não podiam comprar, que não eram de fato consumidores, porque não tinham nem salário. Esses programas sociais, como o Bolsa Família, a recuperação do salário mínimo, que hoje vale quase US\$400,00 e não quebrou ninguém, a geração de 22 milhões de empregos com carteira assinada, os programas estruturantes do PAC, o Minha Casa Minha Vida, o Luz para Todos, enfim, foi esse conjunto de ações e de investimentos pesados na educação que nos permitiu tirar o País, no últimos 11 anos, daquela tranqueira. Não aceito mais que alguém fale que o Brasil é um país de terceiro mundo. Estamos causando inveja aos países do antigo primeiro mundo.



A Espanha, que era do primeiro mundo, está com 30% de desemprego, enquanto nós temos a menor taxa de desemprego do mundo. Portanto, esses deputados são desinformados. Recebem a cartilha do PSDB para virem aqui ler sem saber o que estão dizendo, para falar mal do nosso país, o País que vai realizar a Copa do Mundo, o País que vai realizar as Olimpíadas, o País que tem mais de 300 bilhões de reservas cambiais, o País que pagou a dívida externa que eles fizeram em 500 anos. Não podemos admitir, não podemos ficar calados, não podemos aceitar que deputados usem a tribuna para falar mentiras com relação ao nosso país. O povo brasileiro não merece isso, Pompílio. Muito obrigado.

O deputado Pompílio Canavez\* - Obrigado. Concedo aparte ao deputado Paulo Lamac.

O deputado Paulo Lamac (em aparte)\* - Muito obrigado. Em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exa. pela atuação à frente da comissão das águas, levantando discussões de máxima importância para toda a população mineira. A discussão que V. Exa. traz no momento demonstra o que tem sido dito aqui reiteradas vezes. Infelizmente, estamos no clima de fim de governo, fim de festa, então é necessário que, apesar de toda preocupação, o novo governo que se estabeleceu tome providências.

Da mesma maneira, queremos falar a respeito do Projeto de Lei nº 4.839, de nossa autoria, que trata exatamente da questão da água retirada do nosso estado para utilização em minerodutos, que não é sequer cobrada nem considerada.

Além de mandarmos embora recurso estratégico que hoje é o mais precioso do mundo, nós nos damos ao luxo de fazer isso sem taxar, sem cobrar e sem exigir qualquer tipo de retorno dessa água, que por vezes é lançada ao oceano como se fosse um recurso sem nenhum valor.

Parabenizo V. Exa. e solicito que, junto à Comissão das Águas, se realize audiência para debater esse projeto que requer a regulamentação da retirada de recursos hídricos de nosso estado para essa finalidade. É importante, indiscutivelmente, a questão do minério, mas não podemos pensar que a água é menos valiosa que o minério. Talvez estejamos jogando fora um recurso mais valioso até que aquele que está sendo transportado.

Concluindo, deputado Pompílio Canavez, gostaria de me ater à fala do deputado que o antecedeu. Parece que ele desconhece dados objetivos da realidade. Hoje a taxa de crescimento dos países é extremamente baixa no mundo. Essa taxa de crescimento no Brasil, de pouco acima de 2%, é a terceira maior taxa de crescimento do PIB de todos os países do mundo. É a terceira maior, os demais ficaram para trás. Gostaríamos que o Brasil crescesse mais, claro, todavia precisamos analisar tudo isso no contexto internacional. Esses 2% são muita coisa frente à realidade mundial. Gostaria de dizer que o Brasil cresceu meio por cento em termos de produtividade industrial. Parece pouco, mas Minas diminuiu 1,8% da produção industrial do último ano, segundo dados do IBGE divulgados nesta semana. Isso ocorreu em todos os estados? Não, o Brasil cresceu meio por cento. São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Amazonas cresceram, mas Minas se encontra na lanterna, lamentavelmente.

Precisamos fazer um debate, mas com o pé na realidade, para não ficarmos lançando palavras ao vento sem muita objetividade. Muito obrigado, deputado.

O deputado Pompílio Canavez\* - Obrigado, deputado Paulo Lamac. Antes de tratar da Unifal, quero falar um pouco sobre esse assunto tratado pelos deputados Paulo Lamac, Paulo Guedes e Duílio de Castro. Fui prefeito por dois mandatos. É ótimo ser prefeito tendo Lula como presidente. Os prefeitos que conheço, de períodos anteriores ao governo Lula, viveram uma tragédia. Quando Fernando Henrique era presidente e Itamar Franco governador, a situação era muito difícil. Até o governo do Estado passava por dificuldades. Quando fui prefeito e fazia as contas, percebia que 6% de todo o orçamento do município tinha de ser obrigatoriamente usado para pagar gasolina, para pagar contas da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, do IEF, da Emater. Isso ocorreu quando fui prefeito, já há algum tempo. Imaginem a situação agora, o percentual deve estar beirando os 10%. Duílio de Castro, é uma inversão. O prefeito do município mineiro ajuda mais o Estado que o Estado ajuda o município. Há uma inversão. O prefeito ajuda o Estado, e o Estado acaba faltando com seu compromisso para com o município.

No dia 25 de abril, Sr. Presidente, teremos aqui uma reunião solene para homenagear o centenário da Universidade Federal de Alfenas. Convido para o evento todos os ex-alunos da universidade, da antiga Efoa. Quem mora aqui na capital, na Grande Belo Horizonte, pode estar conosco às 10 horas do dia 25 de abril, quando faremos nossa comemoração. Não é toda universidade que pode dizer que está em funcionamento há 100 anos. Ela foi transformada em universidade pelo Lula, em 2003. Deputado Sargento Rodrigues, a escola possuía três cursos: farmácia, odontologia e enfermagem. Hoje, depois que o Lula a transformou em universidade, ela possui 33 cursos e está presente em três cidades do Sul de Minas. É uma grande honra termos uma universidade que completa 100 anos. Quero parabenizar seu reitor, Paulo Márcio, assim como todos os trabalhadores da universidade. Obrigado, presidente.

\* - Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/4/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Cássio Soares

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 5/4/2014, que nomeou Vinícius Damasceno Fernandes Correia para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Maria Luiza Mendes da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas.





### **Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira**

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 10/4/2014, que nomeou Elizabeth Marques para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Fernanda Antonieta Silva Caitano para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

### **Gabinete do Deputado Wander Borges**

exonerando Leonardo Tobias Nogueira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

Na data de 14/4/2014, o Sr. Presidente, no uso de suas atribuições, especialmente a contida no inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, observadas as disposições da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, da Resolução nº 5.157, de 13/7/1995, e da Resolução nº 5.214, de 23/12/2003, alterada pelas Resoluções nºs 5.215, de 19/7/2004, 5.314, de 18/7/2008, 5.347, de 19/12/2011, e 5.365 de 31/7/2012, regulamentadas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.542 de 11/5/1998, 1.548 de 27/5/1998, 1.758 de 10/8/1999, 2.432, de 8/9/2008, 2.476, de 15/3/2010, 2.530, de 30/1/2012, 2.535 de 18/6/2012, 2.542 de 13/8/2012, 2.544 de 1º/10/2012, 2.554 de 21/12/2012, considerando o Acórdão de Agravo de Instrumento nº 661275 publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 80 de 25/4/2012, assinou o seguinte ato:

concedendo a Progressão, a partir de 1º/1/2002, ao servidor Humberto Carvalhaes Nobre, matrícula 5329/5, e, conseqüentemente, proceder a correção no histórico de seu desenvolvimento na carreira, anulando os efeitos para o servidor dos atos: nº 1.166 de 23/5/2006 - Promoção; nº 896 de 3/5/2010 - Progressão; nº 4.107 de 18/4/2011 - Progressão; nº 883 de 23/4/2012 - Progressões; nº 1.693 de 15/5/2013 - Progressão; e concede os seguintes benefícios: Promoção - a partir de 1º/1/2006 - EL-20; Progressão - a partir de 1º/1/2010 - VL-37; Progressão - a partir de 1º/1/2011 - VL-38; Progressões - a partir de 1º/1/2012 - VL-40 e Progressão - a partir de 1º/1/2013 - VL-41.

## **AVISO DE LICITAÇÃO**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2014**

#### **NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 37/2014**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de aparelhos telefônicos e de fones *headset* monoauriculares, a sessão pública virtual fica adiada para as 10h30min do dia 5/5/2014.

Belo Horizonte, 14 de março de 2014.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.